

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.:(251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org, oau-ews@ethionet.et

CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA
105ª REUNIÃO
18 DE JANEIRO DE 2008
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

PSC/PR/2(CV)
Original : Inglês

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
SOBRE A SITUAÇÃO NA SOMÁLIA

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NA SOMÁLIA

I. INTRODUÇÃO

1. No seu comunicado sobre a situação na Somália, adoptado durante a sua 80^a reunião, realizada a 18 de Julho de 2007 [PSC/PR/COMM (LXXX)], o Conselho decidiu, entre outros, prorrogar o mandato da Missão da União na Somália (AMISOM) por um período adicional de seis meses. Num comunicado de imprensa adoptado no final da sua 104^a reunião que teve lugar a 20 de Dezembro de 2007 [PSC/PR/(CIV)] (2), o Conselho, ao sublinhar que a situação na Somália constitui um dos maiores desafios para a paz e segurança no Continente, decidiu reunir-se até meados de Janeiro de 2008, antes da expiração do mandato de AMISOM, para proceder a uma nova análise da situação e acordar no melhor caminho a seguir em preparação da 11^a Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, agendada para 31 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2008, em Adis Abeba.

2. O presente relatório, que é submetido em conformidade com o comunicado de imprensa acima referido, debruça-se sobre a evolução da situação política, de segurança, humanitária e dos direitos humanos na Somália assim como sobre as questões relativas ao desdobramento da AMISOM e à aplicação do embargo de armas imposto à Somália, através da Resolução 733 (1992), de 23 de Janeiro de 1992 do Conselho de Segurança. Este relatório termina com recomendações sobre os melhores meios para que a União Africana (UA) possa apoiar o processo de paz e reconciliação na Somália.

II. DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS

3. Um dos principais desenvolvimentos políticos durante o período em análise foi a organização do Congresso de Reconciliação Nacional, que decorreu de 15 de Julho a 30 de Agosto de 2007, em Mogadiscio. Mais 2.600 delegados participaram nos trabalhos deste Congresso, evento esse que havia sido organizado e gerido de uma forma independente pelo Comité Nacional de Reconciliação e Governação, tendo sido dirigido pelo antigo Presidente Ali Mahdi Mohamed. Todavia, alguns actores que poderiam ter trazido uma boa contribuição para os trabalhos do Congresso de Reconciliação Nacional decidiram não tomar parte nos trabalhos. Trata-se, entre outros, de uma parte do clã Hawiye em Mogadiscio bem como de grupos de oposição baseados no estrangeiro. A UA, a Etiópia, o Quénia e o Uganda enviaram os seus representantes que participaram na cerimónia de abertura. Por razões de segurança, os representantes da Comunidade Internacional baseados em Nairobi, que deveriam deslocar-se a Mogadiscio, acabaram por não assistir à cerimónia de abertura.

4. É importante recordar que, na sua reunião de 18 de Julho de 2007, o Conselho congratulou-se pela abertura do Congresso de Reconciliação Nacional, evento que constitui uma etapa significativa rumo ao um processo de uma verdadeira reconciliação e sem exclusão, no quadro da aplicação da Carta Federal de Transição. A este respeito, o Conselho solicitou a todos os representantes do Povo da Somália

participantes ao Congresso para assumir as suas responsabilidades, envolver-se de uma forma construtiva no processo e buscar soluções para os problemas aos quais a Somália está confrontada. O Conselho exortou as Instituições Federais de Transição, em conformidade com o objectivo do Congresso de Reconciliação Nacional, a não poupar esforços no sentido de aproximarem de todas as componentes da sociedade somali tendo em vista facilitar o processo de reconciliação nacional.

5. Na sua Resolução 1772(2007), de 20 de Agosto de 2007, O Conselho de Segurança das Nações Unidas felicitou-se igualmente pela realização do Congresso de Reconciliação Nacional. Exortou as Instituições Federais de Transição e todas as partes interessadas na Somália a respeitar as conclusões do Congresso e engajar-se num processo político inclusivo, tendo encorajado a todos para trabalharem em conjunto na promoção de um tal diálogo. O Conselho de Segurança reiterou a necessidade de o processo político ora em curso culminar simultaneamente num acordo sobre a cessação global e duradoira das hostilidades e a elaboração de um roteiro do processo de paz global, incluindo a realização de eleições democráticas aos níveis local, regional e nacional, em conformidade com a Carta Federal de Transição.

6. Logo depois da cerimónia de abertura, o Congresso empenhou-se na resolução dos diferendos inter e intra clãs existentes, diferendos esses que estão actualmente no centro da crise na Somália. Os primeiros debates foram marcados pela expressão de sentimentos de arrependimento por erros cometidos e por declarações de amizade e de reconciliação. Na segunda parte, de uma forma geral, o Congresso procedeu ao debate dos programas do governo em geral e tentou elaborar um roteiro para progredir em matéria de governação e desenvolvimento. Durante a reunião, foi dada uma atenção particular à criação de estruturas administrativas essenciais e à revitalização do sistema judiciário como elementos indispensáveis rumo à consolidação da paz e segurança.

7. De uma forma significativa e mesmo antes da abertura do Congresso, o Parlamento Federal de Transição havia tomado uma resolução relativa à sua organização, tendo adoptado a legislação necessária para a aplicação das recomendações que saíam dos trabalhos do Congresso. O Presidente do Governo Federal de Transição comprometeu-se também a trabalhar para a implementação dessas recomendações.

8. O Congresso terminou as suas deliberações com as partes a entenderem-se sobre algumas questões. É conveniente, entre outros, sublinhar o anúncio do fim da guerra civil e dos conflitos que destruíram a Somália desde 1978; o apelo lançado a todas as partes somalis para procederem voluntariamente ao desarmamento e restituir os bens pilhados; o pedido endereçado às Instituições Federais de Transição para implementar todos os processos constitucionais previstos na Carta Federal de Transição, processos esses que culminarão com a instituição do federalismo no país; a organização de um recenseamento demográfico e a realização de eleições livres e justas, o que abriria o caminho para a entrada em funções de um governo democraticamente eleito antes de finais de 2009. O Congresso solicitou igualmente o estabelecimento de um governo eficaz, a ser composto por parlamentares e outros indivíduos.

9. Durante a sessão de encerramento do Congresso, o Presidente Abdullahi Yusuf Ahmed empenhou-se no prosseguimento do processo de diálogo. Por outro, antes da conclusão dos trabalhos, os membros da Comunidade Internacional que participaram nas sessões, incluindo a UA, reuniram-se com o Presidente do Comité Nacional de Governação e Reconciliação, em Nairobi. Nessa ocasião, eles insistiram na necessidade de se adoptar uma estratégia para a implementação dos resultados do Congresso, prosseguir os esforços tendentes a estabelecer contacto com todos os grupos de oposição tanto no interior como no exterior da Somália bem assim na necessidade de as Instituições Federais de Transição cumprirem as suas obrigações no quadro da Carta Federal de Transição, em particular no que diz respeito ao federalismo, o processo constitucional e os preparativos das eleições. Durante uma reunião em separado com o Senhor Ali Mahdi, o Embaixador Ali Foum, que na altura era o meu Representante Especial na Somália, insistiu na urgência de que se reveste a criação de um mecanismo capaz de garantir a aplicação das decisões do Congresso de Reconciliação Nacional.

10. Depois da conclusão dos trabalhos do Congresso, o Presidente do Governo Federal de Transição, Senhor Abdullah Yusuf, o então Primeiro-Ministro, Senhor Ali Gedi, o Presidente do Parlamento Federal de Transição, Senhor Adam Mohammed Nour, o Presidente do Comité Nacional de Governação e Reconciliação, Senhor Ali Mahdi assim como chefes tradicionais e outros representantes de diversas facções somalis deslocaram-se a Djeddah, Arábia Saudita. Local, sob os auspícios do Rei Abdullah, da Arábia Saudita, assinaram, a 16 de Setembro de 2007, um acordo relativo à aplicação das decisões tomadas pelo Congresso de Reconciliação Nacional. Nessa ocasião, o Rei Abdullah exortou a todas as partes somalis a honrar os compromissos tomados, tendo sublinhado que « alcançar um acordo constitui a primeira etapa que deverá ser seguida por um firme compromisso na aplicação das suas disposições bem como na sua tradução em factos concretos ». Por seu turno, o Presidente Abdullahi Yusuf lançou um apelo para o envio à Somália de uma força conjunta árabo-africana, sob o comando da ONU, tendo em vista a restauração da paz e segurança no seu país e exortou a todos os somalis a apoiar a referida força. Os grupos de oposição, em particular a União dos Tribunais Islâmicos, rejeitaram o acordo assinado em Djeddah.

11. Entretanto, os diferentes grupos de oposição reuniram-se em Asmara, de 6 a 13 de Setembro de 2007, tendo realizado um Congresso paralelo no qual participaram principalmente representantes da União dos Tribunais Islâmicos, o dito grupo de 'Parlamentares Libres', sob a direcção do antigo Presidente do Parlamento Federal de Transição, Sharif Hassan Sheikh Aden, membros da diáspora somali e alguns chefes de clãs. A reunião acordou na formação de uma Aliança para a Libertação e a Reconstrução da Somália tendo como objectivo declarado a libertação da Somália da "ocupação etíope", e o lançamento de um processo político envolvendo todas as partes interessadas, devendo culminar com a reconstrução do Estado Nacional. A Aliança, que condicionou quaisquer discussões com o Governo Federal de Transição à retirada das tropas etíopes da Somália, elegeu o Sheik Sharif Sheikh Ahmed, um alto dirigente da União dos Tribunais Islâmicos, como Presidente da sua instância. Quanto ao Senhor Sharif Hassan Sheikh Aden, antigo Presidente do Parlamento Federal de Transição, foi designado para a direcção do Comité Central composto por 191 membros. O Governo Federal de Transição rejeitou a formação da Aliança,

qualificando-a de terrorista, e declarou que não constitui uma verdadeira ameaça. Além disso, os membros da oposição anti-governamental, incluindo os do clã Hawiye, opostos ao TFG, distanciaram-se das conclusões da conferência de Asmara e das suas conclusões.

12. A 10 de Setembro de 2007, o Grupo de Contacto Internacional sobre a Somália reuniu-se em Roma. Essa reunião, na qual a UA esteve representada, o referido Grupo congratulou-se pelas decisões tomadas pelo Congresso de Reconciliação Nacional assim como pelo compromisso tomado pelo Presidente Abdullahi Yusuf durante a sessão de encerramento do Congresso, designadamente « iniciar um novo processo político que criará a confiança no seio do Povo da Somália » e dar prosseguimento ao processo de diálogo. O Grupo de Contacto Internacional solicitou às Instituições Federais de Transição para implementar de boa fé as recomendações do Congresso de Reconciliação Nacional, principalmente a elaboração urgente de um roteiro para remanescente período de transição. Durante a reunião, a UA ofereceu-se para acolher o próximo encontro do Grupo, na sua sede, em Adis Abeba. Em seguida, a Comissão iniciou a tomada de medidas para que a reunião possa ter lugar em meados de Dezembro de 2007. A ideia era de organizar de imediato, sob os auspícios da UA, uma reunião de alto nível sobre a situação na Somália, juntando os actores regionais, continentais e internacionais interessados, tendo em vista fazer uma nova chamada de atenção da Comunidade Internacional sobre a situação e promover uma abordagem concertada e melhor coordenada em apoio ao processo de paz e reconciliação na Somália. Todavia, devido a constrangimentos de calendário, a Comissão não pôde avançar tal como estava previsto. Continuarão a ser feitos esforços para a realização da reunião em momento apropriado.

13. O período em análise foi igualmente marcado por uma tensão crescente no seio do Governo Federal de Transição, tensão essa nascida de um profundo desacordo entre o Presidente Abdullahi Yusuf e o Primeiro-Ministro Ali Gedi sobre questões ligadas à transparência na gestão e na obrigação de prestar contas bem como sobre interpretações divergentes das disposições da Carta Federal de Transição no que respeita o mandato do Primeiro-Ministro e as suas implicações. Essa tensão foi finalmente ultrapassada com a demissão do Senhor Gedi. Numa carta enviada ao Parlamento, em Baidoa, a 29 de Outubro de 2007, o Senhor Gedi exortou a todos os parlamentares a apoiar firmemente o Governo Federal de Transição, tendo sublinhado que « apesar de todas as suas imperfeições, o TFG dá orientações sobre o caminho a seguir rumo à criação de um novo Estado e para o desenvolvimento da Somália ». Ele disse que chegou o momento para que uma outra pessoa tome os destinos do Governo e faça passar o processo em curso na Somália à sua próxima etapa, tendo acrescentado que ele apresentou a sua demissão ao Presidente da República. Por seu turno, o Presidente Abdullahi Yusuf publicou uma declaração na qual aceitou a demissão do Senhor Gedi, entendida como um remédio para a crise consitutonal então prevalecente, tendo afirmado, entre outros, que « os apoiantes do Primeiro-Ministro não serão excluídos nem marginalizados nem sujeitos a qualquer acto negativo ».

14. Em seguida, o Vice-Primeiro-Ministro, Senhro Salim Aliyow Ibrow, foi designado como Primeiro-Ministro Interino. Mais tarde foi substituído pelo Senhor Nur Hassan Houssien, um antigo dirigente do CICV na Somália. Depois de consultas intensas, o Primeiro-Ministro formou um novo Governo baseado, tal como o anterior, **na fórmula 4.5 de partilha do poder entre clãs**. O Parlamento Federal de Transição deu, por maioria esmagadora, a sua confiança ao novo Governo, que é constituído por vários tecnocratas, incluindo os que vêm da diáspora. O primeiro Governo formado pelo Primeiro-Ministro foi acolhido com grandes hostilidades tanto no seio do Parlamento como na Comunidade Internacional e, conseqüentemente, teve que ser dissolvido mesmo antes de ser apresentado ao Parlamento. É conveniente mencionar que apenas um número reduzido dos membros deste novo Governo não eram parlamentares, apesar de o Parlamento ter alterado a Carta Federal de Transição, de tal modo a permitir que sejam nomeados Ministros não membros do Parlamento.

15. Congratulo-me por constatar que, desde a sua nomeação, o novo Primeiro-Ministro sublinhou em várias ocasiões que reconciliação estará no centro das suas actividades durante o seu mandato. A este respeito, é importante sublinhar as garantias que ele deu à UA assim como aos participantes na reunião organizada pela Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Senhora Condoleezza Rice, em Adis Abeba, a 5 de Setembro de 2007, reunião essa destinada a proceder à análise dos últimos desenvolvimentos relativos à paz e segurança na região. Por seu turno, o Conselho de Segurança, numa declaração presidencial adoptada a 19 de Dezembro de 2007, felicitou-se pela nomeação do novo Primeiro-Ministro na Somália. O Conselho de Segurança sublinhou que essa nomeação abria uma nova oportunidade para avançar rumo à reconciliação política, resolver os problemas decorrentes da crise humanitária na Somália e implementar as conclusões do Congresso de Reconciliação Nacional para se chegar à elaboração de um roteiro para o período de transição bem como à realização de eleições democráticas no país, tal como está previsto na Carta Federal de Transição.

16. A 17 de Dezembro de 2007, o novo Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas na Somália, Ahmedou Ould Abdallah, apresentou uma comunicação ao Conselho de Segurança sobre a situação naquele país. Nessa ocasião, ele indicou que a Comunidade Internacional tem a escolha entre três abordagens possíveis relativamente ao seu envolvimento na Somália: o *statu quo*, com o prosseguimento da atitude actual, que é caracterizada pelo imobilismo, e o risco aferente de divisões e de violência suplementares; a retirada organizada da Comunidade Internacional, que reconhece por si própria a sua incapacidade de proteger a população e restaurar uma paz duradoira; e, finalmente, uma acção efectiva e imediata, tanto de ordem política como de segurança, incluindo a constituição de um governo de unidade nacional e o envio de tropas adicionais para reforçar a AMISOM e estabilizar o país. Na sua declaração presidencial de 19 de Dezembro, o Conselho de Segurança, ao apoiar vigorosamente os esforços do Representante Especial, afirmou esperar com interesse receber mais detalhes sobre as propostas feitas.

17. Para imprimir uma nova dinâmica aos esforços envidados pela UA em apoio ao processo de reconciliação e de paz na Somália, designei, em Outubro de 2007, um novo Representante Especial naquele país, no caso vertente o Senhor Nicolas

Bwakira. M.Bwakira, um cidadão burundês que foi Director Regional do ACNUR para África. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para render homenagem ao meu antigo Representante Especial, o Embaixador Ali Fom, pelos seus esforços incansáveis que ele sempre envidou assim como pelo seu firme empenho e pelo papel chave que desempenhou durante a Conferência de Reconciliação entre os somalis, evento esse que decorreu no Quénia, de Outubro de 2002 a Outubro de 2004, incluindo nas iniciativas posteriores que visavam a promoção da paz e reconciliação na Somália.

18. Depois da sua nomeação, o Senhor Bwakira efectuou, em Dezembro do ano anterior, visitas à Somália, Etiópia, Quénia e Uganda para estabelecer contactos preliminares com as autoridades nacionais interessadas bem como com membros da Comunidade Internacional, incluindo as Nações Unidas, a União Europeia e os parceiros bilaterais da UA, representantes de ONG's regionais e internacionais. Ele aproveitou essa ocasião para insistir na necessidade de envidar esforços concertos e firmes para ultrapassar as dificuldades actuais na Somália, tendo reafirmado a determinação da UA de tudo fazer para contribuir à restauração da paz e segurança naquele país. Está agendado que o meu Representante Especial se desloque a outros países da região para fazer consultas sobre o caminho a seguir. Enquanto esse processo decorre, estão sendo tomadas medidas para dotar o seu escritório com o pessoal necessário bem como para facilitar a sua partida para Mogadiscio, onde deverá assumir a total direcção da AMISOM.

III. SITUAÇÃO DE SEGURANÇA

19. Apesar dos esforços firmes que as forças governamentais da Somália as tropas etíopes continuam a envidar para a melhoria da segurança no país, a situação no seu todo permanece precária. Com efeito, ocorrem em média 5 a 6 incidentes diários. A maioria dos incidentes registados durante o período em análise foram provocados por ataques à granada, com morteiro, explosão de bombas ao longo de estradas e tiros de armas ligeiras contra as forças governamentais e as tropas etíopes, incluindo confrontos entre as Forças de Segurança e elementos anti-governamentais, cuja maioria são supostos pertencer à milícia extremista Al Shabab, a facção juvenil da União dos Tribunais Islâmicos.

20. Os ataques perpetrados por grupos armados opostos ao Governo aumentaram significativamente em Outubro, imediatamente após a realização do Congresso de Reconciliação Nacional, tendo diminuído em seguida devido à intensificação, durante o mês de Novembro, das operações de segurança pelas forças governamentais e pelas tropas etíopes, em particular nos distritos onde se escondiam os grupos anti-governamentais. . A 12 de Dezembro de 2007, o novo Exército Nacional da Somália, recentemente formado pelas forças etíopes, foi desdobrado para o Norte de Mogadiscio. O Exército Nacional da Somália, melhor treinado e equipado, conseguiu reforçar a sua presença no terreno.

21. Ao longo das últimas semanas, as forças anti-governamentais estenderam as suas acções para regiões que até então eram pacíficas, uma vez que estas não estavam necessariamente sob o controle do Governo. A estratégia destas consiste em enfraquecer o Governo através de actos de desestabilização em várias regiões,

conscientes de que actualmente o Governo não dispõe de efectivos suficientes para serem desdobrados em todas as regiões do país.

22. Nas regiões do médio e baixo Jubba, as milícias de Al Shababs, aproveitando-se da instabilidade criada pelos confrontos entre clãs, em particular devido ao controle das receitas provenientes do Porto de Kismayo, estão a fazer novos recrutamentos e a planificar ataques. Os referidos grupos armados utilizam também a região de do baixo Shebele para o trânsito de armas. Nos últimos dias, as forças governamentais estacionadas na região foram atacadas, tendo sido obrigadas a retirar-se para Bardoogle. Na região de Bay, houve também ataques intensos contra as posições do Governo e das tropas etíopes. Sendo Baidoa a cidade que alberga o Parlamento de Transição e a maioria dos membros do Governo, a presença destes grupos armados constitui uma verdadeira ameaça. Em Bakool, a situação é similar. Devidos às ameaças dos rebeldes, o Governador e os seus principais colaboradores transferiram-se para Baidoa desde 17 de Dezembro de 2007. Em Galgaduud, onde a presença do é limitada, sendo a zona de origem do antigo Presidente da União dos Tribunais Islâmicos, Cheikh Hassan Dahir Aweys, verificou-se que o respectivo Governador assim como o Comandante da Polícia abandonaram a região, indo para Galkayo, em Puntland, devido a ameaças de grupos armados que pertencem à União dos Tribunais Islâmicos.

23. Os meses passados foram também marcados por uma tensão crescente entre a região semi-autónoma de Puntland e a auto declarada República independente da Somalilândia. A 17 de Setembro de 2007, foram desencadeados combates entre as forças leais às duas partes em Laascaanood, capital da região contestada de Sool. Os combates que se seguiram durante praticamente todos os últimos dias do mês de Setembro de 2007 intensificaram-se em Dezembro, saldando-se em várias perdas de vidas humanas, com o consequente agravamento da situação nas regiões de Sool e de Sanaag. Desde então, Laascaanood permanece sob o controle das forças da Somalilândia. No momento da finalização do presente relatório, foram registados novos confrontos entre as duas partes. Esses confrontos repetidos constituem uma grave preocupação, sobretudo porque atingem uma região que até então era considerada em grande parte pacífica, devem-se a reivindicações territoriais divergentes entre as duas partes: Puntland reclama zonas da região devido à sua composição étnica e aos laços de clãs existentes tanto em Puntland como na Somalilândia, ao passo que a Somlilândia sustenta que essa região está situada no interior dos seus limites territoriais herdados da colonização.

24. O período em análise foi igualmente marcado por incidentes envolvendo a AMISOM. A 8 de Outubro de 2007, foram feitos ataques de morteiro contra a posição da AMISOM no km 4, mas não provocaram vítimas. Na sequência de um ataque a granada, ocorrido a 24 de Outubro, contra a posição da Missão no km 4, três soldados contraíram ferimentos ligeiros. A 19 de Dezembro, os rebeldes atacaram as tropas da AMISOM que faziam a guarnição do aeroporto, ataque esse que foi repellido sem perdas humanas do lado da AMISOM.

25. A Somália é uma das regiões de risco mais elevado de pirataria no mundo. Segundo as estatísticas disponíveis, durante os primeiros nove meses de 2007, foram

registados incidentes dos quais as vítimas eram embarcações que navegavam em volta ou dentro das águas territoriais do país, o que constitui a prova adicional de que não vigiância costeira. Durante os últimos anos, alguns países cujos cidadãos foram feitos reféns ou raptados nas águas territoriais da Somália fizeram diligências junto da União Africana. Por exemplo, a 26 de Agosto de 2007, o Governo do Paquistão escreveu oficialmente para a Comissão solicitando ajuda na libertação de dois dos seus navios bem como das respectivas tripulações raptadas por piratas perto da Somália.

26. Esta situação constitui, entre outros, uma ameaça para o envio de assistência humanitária, tanto mais que cerca de 80% da ajuda prestada à Somália pelo Programa Mundial para a Alimentação (PMA) é encaminhada por via marítima. É neste contexto que o PMA e a Organização Marítima Internacional (OMI) lançaram apelos para que sejam feitos esforços internacionais concertados visando a resolução do problema. Por outro lado, O Conselho de Segurança das Nações Unidas, na sua Resolução 1772(2007) « encorajou os Estados Membros cujos navios de guerra e aeronaves militares operam nas águas e no espaço aéreo internacionais adjacentes à costa da Somália para exercer a sua vigilância face aos actos de pirataria que possam ser constatados, devendo tomar as medidas necessárias para a protecção da marinha mercante, em particular o encaminhamento da ajuda humanitária, seja de que natureza for, ao abrigo do Direito Internacional aplicável ». A 2 de Outubro de 2007, o Governo francês enviou uma carta à Comissão para confirmar a disposição do seu país, através da sua marinha de guerra, para escoltar os navios que transportam mercadorias de ajuda humanitária do PMA destinadas à Somália. Congratulo-me pelas medidas que foram tomadas desde então pelo Governo da França bem como pelas consultas feitas com a UA sobre a matéria, tendo em vista facilitar a coordenação com a AMISOM, em particular quando os navios escoltados estão atracar no cais.

IV. SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

27. A insegurança que prevalece em Mogadíscio, em particular, e na Somália em geral, tem um impacto negativo em termos da situação humanitária no país. A violência e os combates que assolam Mogadíscio fizeram várias vítimas entre a população civil, sobretudo durante os meses de Outubro e Novembro de 2007. Ao longo destes últimos meses, foram registadas deslocações massivas da população civil. De acordo com as Nações Unidas, mais de 240.000 pessoas deixaram Mogadíscio desde finais de Outubro de 2007. Em meados de Dezembro, o número total de civis que abandonaram a cidade em 2007 é estimado em cerca de 600.000. Apesar de a insegurança que prevalece em Mogadíscio constituir a principal causa destas deslocações, há outros factores secundários que estão também em jogo: trata-se essencialmente da falta de meios de subsistência e dos pedidos feitos pelas autoridades para que as populações se evacuem de alguns bairros a fim de facilitar as operações de busca levadas a cabo pelas forças governamentais no quadro dos seus esforços visando a restauração da segurança, expulsando os grupos rebeldes.

28. Enquanto a maioria das pessoas deslocadas internamente se refugiaram na região do baixo Shabele, particularmente em Afgooye, localidade situada a 30 km a Oeste de Mogadíscio, várias pessoas fugiram para muito longe, tendo indo para as

regiões de Bay, Mudug e Hiran. Essas movimentações das populações constituem um peso suplementar para as comunidades de acolhimento, comunidades essa que já estão confrontadas a uma situação humanitária grave, agravada pelas perturbações dos mercados agrícolas e do gado em, devido à insegurança nos mercados que dão grandes receitas para os produtores baseados no baixo e médio Shabele. É importante sublinhar que os confrontos que se registaram nas regiões de Sool entre as forças de Puntland e da Somalilândia provocaram também deslocamentos a uma grande escala. Com efeito, existem cerca de 30.000 pessoas deslocadas que são vulneráveis, necessitando de assistência.

29. A insegurança prevalecente constitui um verdadeiro obstáculo para o encaminhamento da ajuda destinada às populações necessitadas, em particular devido aos incidentes que têm como alvo os trabalhadores e as organizações humanitárias que ainda persistem. Além disso, os esforços humanitários são travados por barreiras rodoviárias *pontuais*, principalmente na estrada Mogadiscio-Afgooye, que é uma região muito importante para as operações humanitárias. Não obstante as autorizações emitidas pelo Governo, os trabalhadores das agências humanitárias revelam que por várias vezes são obrigados a pagar taxas nos postos de controle, cujo número atingiu 336 durante o mês de Novembro de 2007. É por este motivo que o custo dos transportes subiu e o envio da ajuda alimentar, de que as populações afectadas têm absolutamente necessidade, está atrasada.

30. Tendo em conta o que precede, felicito-me pelos debates havidos entre as Nações Unidas e as autoridades somalis para resolver os problemas constatados e dissipar a desconfiança existente entre o TFG e as agências humanitárias internacionais bem como pela feita pelo Primeiro-Ministro, Senhor Hassan Hussein, segundo a qual e o seu Governo vai apoiar firmemente os esforços da assistência humanitária. Por seu turno, a Comissão aproveitou a ocasião para convencer as autoridades da Somália sobre a necessidade de facilitarem o trabalho das organizações humanitárias e permitir-lhe o acesso às populações necessitadas.

31. Apesar de operarem num ambiente complexo, as organizações humanitárias continuam a desempenhar um papel importante na redução do sofrimento das populações afectadas. É neste contexto que o programa « alimentos sob a forma líquida » foi lançado em, enquanto a distribuição de produtos alimentares para cerca de 180.000 pessoas teve lugar ao longo da estrada Mogadiscio-Afgooye. Por lado, vários navios do PMA, escoltados pela marinha francesa, atracaram no porto de Marka. Foram também feitas campanhas de vacinação de crianças e mulheres que vivem em várias acampamento ao longo da estrada. É importante realçar que a ajuda de emergência dada à Somália é feita por parceiros locais e pelo pessoal somali que trabalha em ONG's internacionais e agências da ONU, tendo em conta as condições de segurança no terreno. Gostaria de exprimir os agradecimentos da UA a todas as pessoas envolvidas e encorajá-las a prosseguir o seu empenho.

32. O procedimento do apelo global para a Somália deste ano, que foi lançado a 11 de Dezembro de 2007, atinge 406 milhões de dólares americanos, dos quais um pouco mais de 26 milhões já estão disponíveis. As prioridades identificadas no procedimento do apelo referem-se, entre outros, ao seguinte: prestação de assistência para cerca de

1,5 milhões de pessoas necessitadas, protecção respeito dos direitos humanos, reforço das capacidades locais para a prestação de serviços sociais de base e para a preparação e resposta a desastres. Lanço um apelo à Comunidade Internacional assim aos Estados Membros que recursos para darem uma contribuição financeira capaz de cobrir as necessidades do CAP ainda em suspensão. O envelope financeiro do CAP para 2007 eleva-se a 383 milhões de dólares americanos, dos quais 275 milhões haviam sido recebidos até meados de Dezembro.

33. No quadro do seu mandato e não obstante os constrangimentos aos quais está confrontada, a AMISOM continuou a prestar serviços médicos a cerca de 200.000 a 500.000 pessoas por mês, designadamente o tratamento de pequenas doenças, pessoas feridas por balas, mulheres grávidas e crianças. A Missão procede também ao abastecimento de água às populações que vivem nas redondezas do seu Quartel General em Mogadiscio.

V. CUMPRIMENTO DO MANDATO DA AMISOM E PLANO DE EMERGÊNCIA PARA EVENTUAL OPERAÇÃO DA ONU

34. Durante o período em análise, nenhum progresso significativo foi registado em termos do reforço da AMISOM, devido a constrangimentos persistentes de ordem financeira aos quais a Comissão está confrontada. Com efeito, o orçamento anual total da AMISOM é de cerca de 622 milhões de dólares americanos. Actualmente, foram apenas recebidas contribuições que não ascendem 32 milhões de dólares americanos provenientes exclusivamente de parceiros da UA, designadamente a UE, a Itália, a Suécia, a China e a Liga dos Estados Árabes. O Reino Unido anunciou também uma contribuição 8,5 milhões de libras e presta a assistência necessária para a criação da célula de apoio e planificação AMISOM. A EU está disposta a contribuir com 5 milhões de bem como com um montante 500.000 euros para a cobertura de despesas de seguros, para além de um apoio técnico sobre questões orçamentais. Por outro lado, os Estados Unidos da América continuam a prestar grande apoio logístico ao Contingente do Uganda assim como em termos de equipamentos de comunicação na sede estratégica da Missão, situada em Adis Abeba. Este país prometeu também facilitar o transporte de todos os efectivos dos países que contribuem com tropas para a Somália. A NATO comprometeu-se igualmente a assegurar a vigilância aérea das tropas a serem enviadas à Somália. Todavia, e tal como foi referido anteriormente, a Argélia forneceu meios aéreos para o envio inicial, enquanto o Quênia ofereceu outras facilidades para a operação. Por seu turno, a Nigéria prometeu contribuir com 2 milhões de dólares americanos. Mesmo assim, é evidente que os recursos e o apoio logístico mobilizados até ao presente estão aquém do necessário para o desdobramento integral da AMISOM e a viabilidade das suas operações.

35. É por este motivo que, actualmente, dos 8.000 efectivos autorizados pelo Conselho, em Janeiro de 2007, apenas dois batalhões ugandeses e um destacamento de reconhecimento constituído por 192 soldados burundeses, que foram enviados a 23 e 24 de Dezembro de 2007 se encontra, no terreno em Mogadiscio. Porém, no momento da finalização do presente relatório, estão em curso diligências que visam o envio de um grande número de efectivos do primeiro dos dois batalhões anunciados pelo Burundi. Os Estados Unidos da América prestam o apoio necessário para o

desdobramento dos burundeses ora em curso. Os restantes efectivos do batalhão burundês estão prontos para seguir, no entanto ainda é necessário proceder à mobilização de recursos para os equipamentos, o apoio logístico no teatro das operações e o pagamento dos honorários das tropas. Ainda não foi fixado nenhum calendário para o envio dos contingentes do Gana (350) e da Nigéria (um batalhão 850 homens) que estes países se comprometeram a contribuir. A este respeito, é importante sublinhar que um enviado do Gana efectuou uma visita a Adis Abeba para discutir questões relativas ao envio do contingente do seu país. A Comissão prevê também enviar uma equipa à Nigéria para dar seguimento ao anúncio de contribuição de tropas feito por aquele país. Durante o período em análise, não foi registado nenhum novo anúncio de contribuição de tropas. Alguns dos Estados Membros junto dos quais a Comissão fez diligências indicaram que não estavam à altura de enviar tropas e os outros ainda não comunicaram oficialmente as suas respostas.

36. Por conseguinte, a AMISOM não foi capaz de estender as suas actividades. A Missão continua a prestar serviços de escolta VIP, a efectuar patrulhas de segurança da imediações da sua zona de operação, ela dá igualmente assistência humanitária limitada às populações civis, assegura a protecção do aeroporto, do porto, dos bairros do km 4 da Residência Somália, onde está situada a Presidência. Durante os trabalhos do Congresso de Reconciliação Nacional, a AMISOM contribuiu também para garantir a segurança. Além disso, a Missão continuou a receber armas devolvidas por diversos grupos para a sua conservação ou destruição. Finalmente, tal como o referimos anteriormente, a Missão presta um apoio limitado às populações locais, oferecendo também serviços de escolta às organizações humanitárias, a pedido destas.

37. Gostaria de, uma vez mais, exprimir os meus agradecimentos às tropas do Uganda pelos seus esforços, não obstante as condições difíceis em que trabalham. Os meus agradecimentos se estendem igualmente ao Governo do Uganda pelo seu firme compromisso de promover a paz e a reconciliação na Somália. Agradeço também ao Governo do Burundi por ter contribuído com tropas. Finalmente, permitam-me que aproveite esta oportunidade para exprimir a minha gratidão aos Estados Membros assim como a todos os parceiros da UA que deram a sua contribuição para apoiar a AMISOM.

38. Em finais do mês de Setembro último, a Comissão organizou uma visita de trabalho de cinco dias à Somália para os Adidos Militares Africanos baseados em Adis Abeba. Durante essa visita, eles tiveram encontros com o Comandante da Força da AMISOM e os dirigentes do Governo Federal de Transição. Esses encontros permitiram-lhe ter uma melhor compreensão das necessidades da Missão em termos de efectivos e equipamentos. Uma visita similar está prevista para Adidos Militares não africanos, de tal modo a dar-lhes informações em primeira mão sobre a situação e as necessidades da AMISOM.

39. O Conselho estará recordado que a AMISOM tem como mandato prestar, em função das suas capacidades e caso seja necessário, apoio técnico ou de outra natureza aos esforços de desarmamento e estabilização. É neste quadro que, em princípios de Outubro do ano passado, na sequência de um pedido feito pelo Governo Federal de Transição, a Comissão, juntamente com o Centro de Coordenação da

Região dos Grandes e do Corno de África, organizou uma reunião para discutir questões relativas a armas ligeiras na Somália. A reunião, que incluía participantes da célula de planificação da AMISM, do Escritório do PNUD na Somália e do Governo Federal de Transição, recomendou que missão uma dirigida pela UA e composta por organizações internacionais interessadas se desloque a Mogadiscio para estudar em que medida as acções poderão ser executadas em matéria do DDR na Somália nas condições actuais; como integrar as actividades do DDR e a questão de armas ligeiras no trabalho da AMISOM, ou seja em que medida as capacidades institucionais poderão ser reforçadas e avaliar a situação relativa à gestão dos depósitos de ramas recolhidas pela AMISOM e identificar os meios para a melhoria da referida gestão. A missão deslocar-se-á a Mogadiscio assim que os preparativos estiverem concluídos.

40. No quadro do mandato da Missão, a célula de apoio e planificação organizou, graças a um apoio financeiro dado pelo Governo da Itália, duas reuniões de coordenação e de partilha de informações com as principais agências das Nações Unidas e outras agências humanitárias em Nairobi e Adis Abeba, respectivamente de 11 a 16 de Novembro e de 6 a 9 de Dezembro de 2007. Os principais objectivos dessas reuniões foram a identificação das áreas de sinergias e de colaboração entre a AMISOM e os outros actores na Somália, apoiar as capacidades de planificação da AMISOM e articular respostas coordenadas para as necessidades actuais da Somália, através da troca de informações. Foram formuladas várias recomendações, principalmente no que diz respeito à criação de um grupo de trabalho que juntará todas as partes interessadas, proceder a um novo estudo do mandato da AMISOM para a integração de questões de protecção e dos direitos humanos, a institucionalização de visitas conjuntas AMISOM/ONU à Somália e uma presença política consolidada em Mogadiscio para apoiar com maior eficácia o processo de reconciliação. Uma última reunião está agendada para Adis Abeba durante as próximas semanas, tendo em vista a consolidação das recomendações propostas e abrir o caminho para a sua implementação.

41. Como o referimos anteriormente, a 18 de Julho de 2007, o Conselho prorrogou o mandato da AMISOM por um período adicional de seis meses, decisão essa que foi saudada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da sua Resolução 1772(2007), de 20 de Agosto de 2007. Na referida decisão, o Conselho reiterou o seu apelo insistente aos Estados Membros e aos parceiros da UA para prestarem apoio técnico, logístico e financeiro necessário de tal modo a permitir à AMISOM atingir rapidamente o efectivo autorizado e dar prosseguimento às suas operações. Lançou igualmente um apelo a todos os Estados Membros para o fornecimento de tropas e outro pessoal necessário para a AMISOM. O Conselho sublinhou uma vez mais a necessidade do envio de uma missão de manutenção da paz das Nações Unidas à Somália para tomar os destinos da AMISOM e apoiar a estabilização a longo prazo bem como a reconstrução pós-conflito na Somália. Enquanto se aguarda por um tal envio de efectivos, o Conselho solicitou às Nações Unidas para o estabelecimento conjunto de um mecanismo de apoio financeiro, logístico e técnico, em conformidade com o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

42. No quadro do cumprimento desta decisão, enviei, a 4 de Agosto de 2007, uma carta ao Secretário Geral das Nações Unidas, recordando o apelo do Conselho para o envio de uma missão da ONU na Somália, o apoio a ser dado à AMISOM. Subscribi a posição exprimida pelo Secretário Geral no seu relatório sobre a situação na Somália, datado de 25 de Junho de 2007, segundo o qual uma operação da ONU só poderá ser bem sucedida se for para apoiar um processo político e não para substituí-lo. Manifestei a esperança de que as Nações Unidas examinarão a situação na Somália com a flexibilidade necessária, tendo em conta que os aspectos relativos à política e à manutenção da paz estão estreitamente ligados. Fiz referência ao Congresso de Reconciliação Nacional, cujos trabalhos estavam em curso, e ao dever da Comunidade Internacional de encorajar os somalis e prestar apoio para a melhoria das perspectivas de uma paz duradoura e a reconciliação. Sublinhei que se a Comunidade Internacional não for capaz de agir rapidamente para apoiar o processo em curso, os modestos progressos registados na Somália serão postos em causa, o que poderá trazer consequências pesadas para a região, incluindo o agravamento do sofrimentos do Povo daquele país.

43. Em resposta, o Secretário Geral da ONU enviou-me uma carta a 24 de Setembro de 2007. Nessa carta, ele indicou que sob o seu ponto de vista, a prioridade mais imediata da Comunidade Internacional nesta fase é de ajudar a todos os grupos somalis a trabalhar em conjunto no quadro de um processo de uma paz verdadeira e credível. Sublinhou a importância da criação das condições mencionadas no seu relatório de 25 de Junho de 2007, antes do eventual envio de uma operação das Nações Unidas de manutenção da paz, tendo acrescentado que para as Nações Unidas, o Congresso de Reconciliação Nacional não foi capaz de criar tais condições e, por conseguinte, a ONU não pode alterar a sua posição sobre esta matéria. Ao mesmo tempo, ele exprimiu a disponibilidade das Nações Unidas de estudar, juntamente com a UA, as vias e os meios de para dar um apoio acrescido, de tal modo a reforçar a AMISOM e estender a sua presença no terreno.

44. No seu relatório de 7 de Novembro de 2007 sobre a situação na Somália, o Secretário Geral reiterou a sua convicção de que, tendo em conta a situação de segurança e política que prevalece no terreno, o envio de uma operação das Nações Unidas de manutenção da paz poderia ser encarada como uma opção realista e viável. Ele sugeriu que sejam examinadas opções adicionais de segurança, principalmente o envio de uma força robusta ou então uma coligação multinacional. Por seu turno, o Conselho de Segurança, tanto na sua Resolução 1772(2007) como na sua declaração presidencial de 17 de Dezembro de 2007, exorta a Comunidade Internacional a prestar o seu apoio à AMISOM, tendo solicitado ao Secretário Geral para fazer uma concertação de opinião com a UA sobre o apoio adicional que poderá ser dado à Missão continuar a desenvolver os planos existentes para o eventual envio de uma operação das Nações Unidas de manutenção da paz, em substituição da AMISM. No momento da finalização do presente relatório, uma equipa das Nações Unidas encontrava-se em Adis Abeba para consultas com a Comissão, no quadro da avaliação das necessidades da AMISOM, do apoio de que necessita bem como dos esforços de elaboração de um plano de acção.

VI. EMBARGO DE ARMAS

45. O Conselho lembrar-se-á que o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na sua Resolução 733(1992), de 23 de Janeiro de 1992, decidiu que todos os Estados Membros devem, para fins do restabelecimento da paz e estabilidade na Somália, aplicar imediatamente o embargo geral e completo de qualquer fornecimento de armas e equipamentos militares à Somália, até decisão contrária. Desde então, foram feitos grandes esforços para assegurar o cumprimento da aplicação do embargo de armas e o respeito das disposições da resolução do Conselho de Segurança.

46. A 17 de Julho de 2007, o Presidente do Comité do Conselho de Segurança, órgão que foi criado ao abrigo da Resolução 751(1992) relativa à situação na Somália, enviou ao Presidente do Conselho de Segurança um relatório do Grupo de Controle sobre a Somália. No seu relatório, o Grupo indicou que «no Centro e no Sul da Somália, em particular, nunca houve tantas e diversas armas desde os anos 90». De acordo com o Grupo, a maioria das armas «devem ter sido introduzidas na Somália por vias clandestinas e terem caído em mãos de diversos actores chave». Porém, «outras armas foram introduzidas clandestinamente na Somália com destino a outros actores chave,princípiomente por traficantes do mercado de armas de Bakaraaha», em Mogadíscio.

47. O Grupo de Controle formulou várias recomendações visando reforçar a aplicação do embargo de armas. No entanto, o Grupo sublinhou que a sua implementação dependerá da criação de um Governo viável na Somália. O Grupo insistiu na necessidade de o Governo de Transição «impor claramente a sua autoridade e criar as instituições governamentais necessárias para o efeito, antes que os problemas persistentes e espinhosos associados à insegurança generalizada estejam fora de controle». Entre outros factores que contribuem para a insegurança, o Grupo identificou os fluxos contínuos de armas, a existência de grupos armados fortes que escapam do controle do Governo de Transição, a falta de controle regular na área da economia bem como a fiscalização das fronteiras e da costa marítima da Somália.

48. Na sua Resolução 1766(2007), de 23 de Julho de 2007, o Conselho de Segurança sublinhou que todos os Estados Membros são devem respeitar estritamente as medidas contidas na Resolução 733(1992), tendo acrescentado que pretende fazer uma reflexão, à luz do relatório do Grupo de Controle, sobre o que poderá ser feito concretamente para melhorar a aplicação e o respeito do embargo de armas. Ao mesmo tempo, o Conselho de Segurança decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Controle e solicitou ao Secretário Geral para tomar as medidas necessárias para a renovação, por um período de seis meses, do referido Grupo. Na sua Resolução 1772(2007), de 20 de Agosto de 2007, o Conselho de Segurança sublinhou a contribuição contínua do embargo de armas para a paz e segurança na Somália, exortou a todos os Estados Membros, em particular os da região, a respeitar estritamente o embargo, tendo reiterado a sua intensão de aumentar a eficácia desse embargo, incluindo a tomada de medidas com alvos seleccionados para apoiar o embargo.

49. A14 de Dezembro de 2007, o Coordenador do Grupo de Controle enviou uma carta à Comissão solicitando uma autorização da AMISOM para visitar os depósitos de armas instalados pela Missão na Somália, a fim de fazer o levantamento das características das armas recolhidas ou descobertas e iniciar inquéritos sobre a proveniências dessas armas bem como os canais do seu fornecimento. No momento da elaboração do presente relatório, a Comissão estava a estudar a melhor forma de facilitar a programa visita do Grupo de Controle

VII. OBSERVAÇÕES

50. Ao proceder à análise da situação durante estes últimos seis meses, é preciso reconhecer que os progressos realizados na promoção de uma paz e reconciliação duradouras na Somália são extremamente limitados. Mais de 15 anos depois do desencadeamento da guerra civil e praticamente quatro anos após o fim da Conferência de Reconciliação, realizada no Quénia, sob os auspícios da IGAD, a Somália continua a ser flagelada por uma violência e uma insegurança persistentes, a falta de estruturas efectivas de governação, capazes de cumprir as suas funções, principalmente a prestação de serviços básicos, uma grave crise humanitária e o desmoronamento da sua economia, eis tantos factores aos quais a população pagou um pesado tributo. Esta situação comprometeu gravemente a paz relativa que prevalecia em outras regiões do país, principalmente em Sool, tendo provocado uma instabilidade adicional numa região já confrontada a enormes dificuldades em matéria de segurança.

51. Se bem que a realização do Congresso de Reconciliação Nacional em Mogadiscio, de meados de Julho afinais de Agosto de 2007, tenha marcado uma etapa importante nos esforços visando a promoção de um processo político inclusivo, não é menos verdade que esse Congresso está ainda bem longe de ter produzido os resultados esperados, designadamente juntar as diferentes partes somalis na via de uma paz duradoura. Embora o Governo de Transição tenha tomado medidas para garantir a credibilidade do processo, actores importantes boicotaram o Congresso, tendo alguns deles recorrido à violência e por vezes, a actos de terrorismo, pura e simplesmente para atingir os seus objectivos políticos comprometer deste modo quaisquer esforços que visam a busca de uma solução pacífica. As divergências no seio das Instituições Federais de Transição e a ausência de harmonia entre o Presidente e o antigo Primeiro-Ministro, ligadas ao baixo nível dos recurso humanos, financeiros e de gestão das instituições do país bem como outros factores pioraram a situação. Com efeito, não um acompanhamento imediato e efectivo das recomendações do Congresso de Reconciliação Nacional.

52. Decorridos doze meses depois da decisão inicial relativa ao envio da AMISOM, menos de um quarto do efectivo autorizado se encontra no terreno. Apesar dos vários apelos lançados pela UA e retomados pelo Conselho de Segurança da ONU em diversas das suas resoluções e declarações presidenciais, o apoio financeiro e logístico mobilizado até ao presente, principalmente pelos parceiros da UA, está em grande aquém do necessário para permitir o envio integral da Missão, assegurar a credibilidade das suas operações no terreno e dotá-la de equipamentos de que precisa. É esta situação que priva a AMISOM, em grande medida, das capacidades e das

componentes essenciais de que tem necessidade, principalmente na área naval, tornando ainda mais difíceis esforços envidados pela Comissão para convencer a Comunidade Internacional a mostrar-se mais generosa no seu apoio e estar à altura das suas responsabilidades em relação à Somália e às suas populações.

53. A falta de coesão e unidade de pontos de vista no seio da região figura igualmente entre os factores que explicam os resultados limitados realizados até ao presente. Tal como a experiência já o demonstrou, a coesão regional é um ingrediente essencial em todos os esforços que visam a promoção de uma paz e uma reconciliação duradoiras na Somália. A menos que funcione num ambiente regional mais favorável, o Governo Federal de Transição, que é o culminar de um processo firme aos níveis regional e internacional, continuará a estar confrontado a enormes dificuldades no exercício das suas responsabilidades.

54. Em fim, o apoio dado pela Comunidade Internacional é inadequado. É importante criar e reforçar as capacidades das Instituições Federais de Transição para que elas possam desempenhar plenamente o seu papel ; é necessário um esforço muito firme para facilitar o envio integral da AMISOM e lhe permitir o cumprimento efectivo do seu mandato ; é necessária uma acção urgente para facilitar o envio de uma operação das Nações Unidas em substituição da AMISOM, incluindo a reconstrução e a estabilização da Somália a longo prazo.

55. Quando, em finais do ano 2006, o Governo Federal de Transição retomou o controlo de Mogadíscio e de uma grande parte do país, a Comunidade Internacional no seu todo julgou que se tratava de uma oportunidade sem precedentes para o restabelecimento de estruturas de governação no país e pôr termo definitivo à violência de que a Somália é teatro há mais de uma década bem como ao sofrimento infligido às populações. Porém, e tal como o sublinhou o Conselho no seu comunicado de imprensa de 20 de Setembro de 2007, hoje é evidente que nem os actores somalis nem a Comunidade Internacional tiraram proveito dessa oportunidade e conseguir mobilizar a vontade política necessária para a restauração da paz e a reconciliação na Somália.

56. Apesar de se ter perdido um tempo precioso, reverter a situação actual e alcançar uma paz e uma reconciliação duradoiras ainda podem ser uma realidade, desde que as partes somalis interessadas e a Comunidade Internacional tomem uma acção firme. A este respeito, é preciso salientar os seguintes pontos :

- (i) Em primeiro lugar, o Governo Federal de Transição deve, com toda a urgência, tudo fazer para a implementação integral das conclusões do Congresso de Reconciliação Nacional e adoptar uma abordagem inclusiva, abordagem essa que seja atraente para todas as partes somalis interessadas que rejeitem a violência, quer elas estejam dentro ou no exterior do país, em conformidade com a Carta Federal de Transição. A UA está disposta a dar o seu apoio nesse sentido, em estreita colaboração com os actores internacionais interessados.

A composição do novo Governo e as garantias reiteradas pelo Primeiro-Ministro sobre a reconciliação são sinais encorajadoras a serem seguidas acções

práticas. Ao mesmo tempo, as Instituições Federais de Transição devem consolidar a sua coerência e reforçar a sua unidade.

- (ii) A Comunidade Internacional, incluindo os Estados Membros da UA, devem tomar as medidas necessárias para reforçar as capacidades das Instituições Federais de Transição de tal modo a ajudá-las a assumir inteiramente as suas responsabilidades, tanto mais que é verdade que os esforços que visam a consolidação da paz, a promoção da reconciliação e a facilitação da reconstrução só serão possíveis quando tiverem o apoio de estruturas do Estado eficazes, principalmente nas áreas de segurança, administração e justiça e, por extensão, a autoridade do Governo Federal de Transição.

Nas próximas semanas, a UA prevê efectuar consultas com a CEA e o BAD assim como com outras instituições africanas competentes para enviar, na medida do possível, uma equipa de avaliação que procederá à identificação das necessidades mais vitais do Governo e formulará recomendações sobre as melhores vias para a mobilização do apoio necessário tanto em África como no exterior do continente.

- (iii) O envio da AMISOM deve ser acelerado, de tal modo a dar apoio efectivo ao processo de estabilização do país e ajudar a criação do espaço político necessário para que todos os somalis possam participar de uma forma construtiva no processo de reconciliação.

A realização deste objectivo pressupõe que os Estado Membros respondam favorável e rapidamente aos múltiplos apelos que lhes foram lançados durante os últimos meses para o envio de tropas e outro pessoal necessário de tal modo que a AMISOM possa atingir o efectivo autorizado. A Comissão identificará as modalidades mais eficazes de interacção com os Estado Membros, incluindo o envio de missões de sensibilização junto de potenciais países a contribuir com tropas e explicar com maior pedagogia como, na medida das respectivas capacidades, responder às necessidades da Missão.

O envio integral da AMISOM exige igualmente a mobilização de um apoio logístico e de recursos adicionais. É evidente que os nossos parceiros têm um papel crucial a desempenhar neste quadro, particularmente devido ao facto de que a UA, ao enviar uma operação para a Somália, age igualmente em nome de toda a Comunidade Internacional. Devem ser envidados esforços renovados para este fim.

Ao mesmo tempo, os Estados Membros da UA devem dar um apoio logístico e financeiro para permitir o envio integral da AMISOM e dar prosseguimento às suas operações. A Comissão constata com preocupação que pouco Estado Membros, até ao presente, deram um apoio simbólico à Missão. A este respeito, e tendo em conta que uma operação de manutenção da paz não pode ser gerida com eficácia na única base de contribuições voluntárias e, por isso, imprevisíveis, o Conselho deverá examinar uma vez mais a questão para encontrar soluções apropriadas.

Além disso, torna-se urgente reforçar a gestão da AMISOM e fazer com que os órgãos competentes da Comissão respondam com maior celeridade às necessidades da Missão, em particular no que diz respeito ao recrutamento e compra de bens e equipamentos necessários bem como assegurar uma coordenação mais estreitas entre os Departamentos envolvidos.

Entretanto, recomendo ao Conselho a prorrogação do mandato da AMISOM por um período adicional de seis meses.

- (iv) São necessários esforços para construir um consenso regional em apoio ao processo em curso na Somália. Apesar de todas as suas insuficiências, o Governo de Transição oferece a melhor oportunidade para o avanço do processo de paz e reconciliação na Somália. A este respeito, a UA, em colaboração com os seus parceiros, em particular as Nações Unidas, tem uma papel a desempenhar.

De uma forma geral, a crise na Somália e as suas repercussões regionais põe em relevo a necessidade de uma abordagem regional coerente para o alcance de uma paz e uma estabilidade duradouras. A Comissão efectuará consultas com os actores regionais e internacionais competentes para fazer uma reflexão mais profunda sobre a questão e as modalidades segundo as quais o apoio da Comunidade Internacional para um tal exercício poderá ser mobilizado.

- (v) O embargo de armas imposto pela Resolução 733(1992) deve, com parâmetros claramente estabelecidos, ser revisto de tal modo a permitir ao Governo Federal de Transição, que é reconhecido internacionalmente, criar e equipar as suas forças de segurança, forças essas que devem ser inclusivas, mantendo e reforçando as disposições contra todos aqueles cujas acções visam comprometer o processo de paz e reconciliação na Somália.

De uma forma geral, o Conselho de Segurança das Nações Unidas deve tomar medidas contra «qualquer pessoa que tentar impedir ou bloquear o Congresso de Reconciliação Nacional ou qualquer processo político de paz, ou ainda ameaçar pela força as Instituições Federais de Transição ou a AMISOM, ou que agir de tal modo a pôr em causa a estabilidade da Somália ou da região», ao abrigo da sua Resolução 1772(2007).

- (vi) A UA e toda a Comunidade Internacional devem alargar as suas perspectivas e prestar maior atenção aos acontecimentos que têm lugar em outras regiões da Somália. Em termos mais concretos, deve ser tomada uma acção urgente e concertada para conter o conflito de Puntland e da Somalilândia, que, se crescer, propagará a violência em regiões que eram consideradas pacíficas, como graves consequências humanitárias e regionais.
- (vii) Enquanto os esforços estão em curso nos planos político de segurança, é importante reforçar a assistência humanitária às populações afectadas na Somália. A este respeito, é crucial tudo fazer para a instauração da confiança entre o Governo de Transição e a Comunidade Humanitária, facilitar o acesso

às populações necessitadas e melhorar a segurança. A UA, apesar dos seus meios limitados, tem um papel a desempenhar em termos de advocacia e mobilização de recursos tanto no Continente como ao nível internacional.

- (viii) Tal como o Conselho o sublinhou com insistência, a estabilização e a reconstrução da Somália a longo prazo exigem recursos e um saber fazer que ultrapassam as capacidades actuais a UA. Daí a necessidade de o Conselho de Segurança das Nações Unidas em conformidade com a sua responsabilidade primária na manutenção da paz e segurança internacionais, autorizar com urgência o envio de uma operação da ONU em substituição da AMISOM. A este respeito, o Conselho poderá reiterar o seu apelo às Nações Unidas para a mobilização do apoio necessário junto da Comunidade Internacional.

57. Espero ardentemente que a presente reunião do Conselho procederá a uma avaliação objectiva e profunda da situação na Somália e dos esforços que foram envidados até ao presente a fim de acordar numa acção orientada e determinada na base da qual a Conferência dos Chefes de Estado e do Governo poderá, na sua Sessão agendada para finais deste mês, mobilizar uma maior vontade política e ganhar uma determinação para agir. A resolução da situação na Somália constitui um teste da nossa determinação de desembaraçar o nosso Continente do flagelo de conflitos e traduzir em acções concretas o nosso compromisso proclamado de ajudar o Povo da Somália. Trata-se igualmente de um teste do compromisso das Nações Unidas de assumir inteiramente a sua responsabilidade principal da manutenção da paz e segurança internacionais.

58. Hoje, mais do que nunca, uma acção colectiva e rápida é necessária, não apenas por causa da crise humanitária em curso e do sofrimento infligido ao Povo da Somália, mas também devido às implicações actuais em termos de segurança. A ausência de uma acção decisiva para fazer face à situação na Somália deixará herança de promessas não cumpridas para o Povo da Somália, enfraquecerá a credibilidade da Comunidade Internacional, comprometerá ainda mais as perspectivas de paz na Somália e tornará mais difíceis os esforços que visam a promoção da estabilidade regional.

African Union Commission (AUC)

PAPS Digital Repository

<https://papsrepository.africa-union.org/>

PSC Outcomes

Communiqués

2008-01-18

Communiqué of the 105th Meeting of the Peace and Security Council Held on 18 January 2008, Addis Ababa, Ethiopia.

Peace and Security Council

African Union Commission

<https://papsrepository.africa-union.org/handle/123456789/1161>

Downloaded from PAPS Digital Repository, Department of Political Affairs, Peace and Security (PAPS)